

**HABEAS CORPUS Nº 493.167 - DF (2019/0040925-8)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : GLEYCIANO ANTONIO MARTINS GOIS**  
**ADVOGADO : GLEYCIANO ANTÔNIO MARTINS GÓIS - DF034064**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS**  
**PACIENTE : MOACIR TEIXEIRA PINTO (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MOACIR TEIXEIRA PINTO, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS - HC n. 0722751-41.2018.8.07.0000.

Consta dos autos que o paciente encontra-se preso desde 14-12-2018 por ter, supostamente, praticado o delito descrito no art. 121, § 2º, inciso II, c/c art. 14, *caput*, inciso II, ambos do Código Penal.

Nesta via, o impetrante alega a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do paciente, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do paciente, que seria primário, de bons antecedentes, com ocupação lícita e residência fixa, predcados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Sustenta, ainda, a presença de requisitos necessários para a concessão das medidas cautelares alternativas à prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que o paciente seja colocado em liberdade ou, subsidiariamente, aplicadas as medidas do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame** (HC 342.821/RO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016; RHC 52.841/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/03/2016; HC 336.606/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, HC 340.235/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016).

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou (e-STJ fl. 72):

[...]

*No caso, ao indeferir o pedido de revogação da prisão preventiva do paciente, a autoridade coatora destacou que ele não foi encontrado no endereço declinado, não obstante residir no local, e que várias outras diligências foram efetivas para sua localização, mas restaram infrutíferas.*

*Além disso, destacou que eventuais condições pessoais favoráveis ao paciente não seriam suficientes para flexibilizar a necessidade da segregação cautelar, tendo em vista a existência de circunstâncias que apontam o seu cabimento.*

*Com efeito, extrai-se dos autos que, em razão da não localização do paciente, mesmo efetivadas diversas diligências, em 09/03/2016 foi determinada a suspensão do processo e do prazo prescricional, sendo, na oportunidade, decretada sua prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal.*

*Diante desse contexto, percebe-se que, diferente do que afirma a impetrante, se o paciente estivesse mesmo no local em que declinou, certamente teria sido encontrado, não sendo necessária a suspensão do processo e do prazo prescricional, por tão longo tempo.*

*A bem da verdade, o fato de o paciente se encontrar em local incerto e não sabido sinaliza sua real intenção de não se submeter à atuação da Justiça, indicando que, caso seja solto, dificultará o trâmite processual.*

*Dessa forma, tenho como autorizada a decretação de sua prisão preventiva, para assegurar a aplicação da lei penal (artigo 312, do Código de Processo Penal), como corretamente entendido pelos Magistrados de piso.*

Acrescentou que "*depreende-se a inadequação das medidas cautelares diversas à prisão, em face da sua intenção de se furtar a aplicação da lei penal, capaz de evidenciar, assim, a necessidade da segregação extrema. Decerto, em casos tais, há de se concluir pela insuficiência das medidas alternativas à segregação*" (e-STJ fl. 73).

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular, que deverá trazer aos autos notícias atualizadas acerca do andamento da ação penal deflagrada contra MOACIR TEIXEIRA PINTO, encaminhando a esta Corte

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Superior cópias de eventual sentença proferida, noticiando ainda acerca da respectiva situação prisional, bem como enviando senha para acesso ao processo em 1º grau.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator

